

RESOLUÇÃO**VETAR O ORÇAMENTO DA EXPLORAÇÃO E EMPOBRECIMENTO
DEMITIR O GOVERNO – ELEIÇÕES ANTECIPADAS**

A campanha orquestrada pelo Governo do PSD/CDS-PP e seus partidários sobre uma pretensa inversão do ciclo económico, não passa de mais uma operação de mistificação e mentira, no momento em que a tróica estrangeira veio de novo a Portugal para proceder à 10ª avaliação do programa de empobrecimento e exploração imposto aos trabalhadores, ao povo e ao país.

De facto, nem a aparente melhoria conjuntural de alguns indicadores económicos significa uma alteração do ciclo de estagnação e recessão, que se mantém desde há muito tempo, nem o país tem saída no quadro das políticas que o Governo insiste em levar por diante. Do vasto conjunto de medidas de austeridade previstas para serem aplicadas em 2014, num montante superior a 4,4 mil milhões de euros, no âmbito do OE, só os novos cortes de salários e de pensões representam uma redução de rendimentos familiares equivalente a 2,3% do PIB, com efeitos recessivos em toda a economia nacional.

Ao contrário do que o Governo quer fazer crer, o que a 10ª avaliação mostrou foi que, depois de quase dois anos e meio da entrada da tróica estrangeira em Portugal, a situação está muito pior. As falências de pequenas e médias empresas não param de cessar, assim como a destruição de postos de trabalho, fazendo com que o desemprego prossiga a um ritmo constante, com quase um milhão e meio de desempregados. A natureza de classe do Governo, impele-o a desferir ataques ainda mais fortes à classe operária e aos trabalhadores, intensificando também as medidas de empobrecimento das famílias.

A política de consolidação orçamental fracassou e, apesar do aumento brutal da carga fiscal, o défice não desceu e a dívida pública acumulou ainda mais dívida. Os serviços públicos e as funções sociais do Estado são alvos preferenciais dos cortes que o Governo dirigiu para a despesa social, através de medidas que visaram, e visam, privatizar, dismantelar ou encerrar serviços, escolas, unidades de saúde, repartições de finanças, etc., e que estão a levar à ruptura os sectores da educação, da saúde, da segurança social, da cultura, entre outros, com consequências no despedimento massivo de trabalhadores e na restrição do acesso dos cidadãos a estes direitos fundamentais, conquistados com a Revolução de Abril e consagrados na Constituição da República.

Portugal não pode continuar neste caminho, que vem sendo percorrido há mais de três décadas, de destruição da economia nacional, exploração e liquidação de direitos dos trabalhadores e degradação das condições de vida do povo. O actual Governo do PSD/CDS usa a mentira, a manipulação e a chantagem para ir mais longe no processo de subversão da Constituição, tendo como objectivo a reconfiguração do Estado para servir os interesses do capital económico e financeiro.

A monstruosa campanha contra o papel do Estado e do sector público em geral, tem o objectivo de colocar mais recursos públicos ao serviço do grande capital, em vez de os pôr ao serviço do desenvolvimento do país, dos trabalhadores e do povo português. Deste modo, não está apenas a agravar a situação dos trabalhadores e do povo no presente, como está, também, a corroer os alicerces do regime democrático e a hipotecar o futuro das próximas gerações.

O Presidente da República tem enormes e gravíssimas responsabilidades na situação em que o país, os trabalhadores e o povo se encontram. Ao demitir-se de exercer as suas competências constitucionais, não honrando o juramento que fez de ser o garante da Constituição, cumprindo-a e fazendo com que seja cumprida, Cavaco Silva submete os interesses nacionais aos interesses partidários e dos grupos económicos que os partidos do governo representam, sendo cúmplice desta política de desastre nacional e o principal réu na criminosa operação antipatriótica de alienação da independência e soberania nacional.

É urgente acabar com a política de direita, romper com o programa de agressão, exigir a renegociação da dívida, nos seus montantes, prazos e juros e, sobretudo, apontar o rumo para uma nova política para o país, uma política de Esquerda e Soberana.

Os trabalhadores e o povo têm lutado com grande coragem e determinação nos locais de trabalho e nas ruas, pela defesa do emprego, dos salários e dos direitos, pelo aumento da produção, contra as privatizações e a destruição dos serviços públicos, pela defesa das Funções Sociais do Estado (Educação, Saúde, Segurança

Social, Habitação, Cultura). A cada dia que passa alarga-se a frente social de luta de oposição ao Governo de Passos Coelho e Paulo Portas, o qual carece de legitimidade e de apoio social para continuar em funções.

É, pois, possível prosseguir, multiplicar e intensificar a luta. O futuro de Portugal e das nossas vidas está nas mãos dos trabalhadores e do povo. Com a sua acção e luta transformadora, unidos por um mesmo ideal de justiça, de melhoria das condições de vida e de trabalho e de combate à exploração do homem pelo homem, mais tarde ou mais cedo alcançaremos os nossos objectivos, de pôr este Governo na rua, derrotar a política de direita e construir um novo rumo de progresso para Portugal.

Os participantes nesta Vigília, em frente ao Palácio de Belém, decidem:

- **Exigir do Presidente da Republica que vete politicamente o Orçamento de Estado para 2014**, instrumento de exploração e empobrecimento dos trabalhadores e do povo em geral;

- **Exigir, igualmente, do Presidente da República, que demita o Governo PSD/CDS-PP e convoque novas eleições**, uma vez que o governo já não tem legitimidade para se manter em funções, está isolado e sem apoio social e prossegue uma política de grande violência social, de subversão da Constituição da República e alienação da Independência e Soberania Nacional;

- **Continuara luta contra a aplicação das medidas inscritas no OE**, que aprofundam e prolongam a asfixia económica do país, agravam a vida dos trabalhadores, dos pensionistas e do povo, desmantelam os serviços públicos e as funções sociais do Estado e, também, prosseguir o combate contra o aumento da idade de reforma para todos os trabalhadores, o aumento do horário de trabalho, o despedimento em massa de trabalhadores da Administração Pública e o corte brutal das pensões, assim como o combate à tentativa de subverter o papel o Estado, no sentido de configurar um “Estado” mínimo para os trabalhadores e o povo em geral e, por outro lado, colocar um “Estado “máximo” ao serviço do grande capital económico e financeiro;

- **Saudar os trabalhadores e as trabalhadoras, os desempregados, os reformados e pensionistas, os jovens e outros sectores da população** que têm lutado com tenacidade e resistido com muita firmeza à ofensiva do patronato e do Governo. Saudar, em particular, os trabalhadores dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, do Metropolitano de Lisboa, da EMEF, da CP, CP-Carga, da Refer, da Carris, da Rodoviária do Tejo, da barraqueiro/Ribatejana, da Transtejo, da STEF, da INCM, dos Call Centers da EDP, da Securitas, da Prosseguer, da Moviflor, da Brisa, da FNAC, dos CTT, da SPDH, mas também os trabalhadores da Câmara Municipal de Lisboa, a luta dos professores contra uma absurda “prova” que humilha e desrespeita todos aqueles que têm um papel relevante no sistema educativo, os enfermeiros que lutam pelo emprego, por condições de trabalho dignas e a defesa do serviço nacional de saúde, os trabalhadores das autarquias e outros sectores da administração pública em geral, assim como muitos outros trabalhadores de empresas do sector empresarial do Estado e do sector privado.

- **Exortar os trabalhadores a intensificarem a luta reivindicativa nos locais de trabalho**, dinamizando a contratação colectiva e as reivindicações às empresas, com prioridade para o aumento dos salários, a defesa do emprego e o combate à precariedade, a revogação da legislação antilaboral, o cumprimento dos direitos consagrados na contratação colectiva e a defesa dos direitos sociais;

- **Dinamizar o movimento pelo aumento dos salários e do Salário Mínimo Nacional**, em todos os sectores e distritos do Continente e nas Regiões Autónomas, como um imperativo de justiça social, de distribuição da riqueza, de valorização da contratação colectiva e das profissões, de combate às desigualdades e à pobreza, de dinamização da economia e criação de emprego, indissociável de um modelo de desenvolvimento económico e social de alto valor acrescentado;

- **Apelar aos trabalhadores e trabalhadoras, ao povo português, que prossigam e intensifiquem a luta contra a política de direita, por uma política alternativa, de Esquerda e Soberana,**

- **Os presentes nesta Vigília assumem, ainda, o compromisso de participar e mobilizar para as lutas que venham a ser convocadas pelo Conselho Nacional da CGTP.IN**, a realizar em 7 de Janeiro, com o objectivo de não dar tréguas na luta pela defesa e melhoria das condições de trabalho, pela demissão do Governo e a convocação de eleições antecipadas, pela afirmação e cumprimento da Constituição da República e a Defesa do Regime Democrático.

**ACABAR COM A POLÍTICA DE TERRORISMO SOCIAL
LUTAR POR UMA POLÍTICA DE ESQUERDA E SOBERANA
AFIRMAR OS VALORES E AS CONQUISTAS DE ABRIL**